

# **A POLÍTICA DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE NÃO GUERRA: O CASO DO RIO DE JANEIRO**

**Aluno: Isadora de Andrade**  
**Orientador: Carolina Moulin**

## **Introdução**

Ao estudar Ajuda Humanitária, dois elementos são centrais. O primeiro é o conflito armado ou a guerra, o que inclui o uso da violência por diversos atores e como isso impacta aqueles que não tomam parte no conflito. O segundo ponto é a proteção, ou o respeito aos direitos fundamentais coletivos e individuais desses que não são parte ativa do conflito. A pesquisa parte do pressuposto de que guerra e proteção são ambos conceitos contestados. O propósito da pesquisa é, então, investigar os múltiplos significados e valores atribuídos à ideia de proteção humanitária em contextos de insegurança urbana, particularmente nas favelas do Rio de Janeiro. Procura avaliar como essas diferentes noções e percepções de proteção potencialmente prejudicam a habilidade de comunidades e agências humanitárias articularem políticas efetivas de proteção em situações de não guerra.

## **Objetivos**

Observar a emergência de um novo regime de proteção humanitária, em especial em áreas consideradas inseguras como as favelas do Rio de Janeiro. Objetiva-se problematizar esse regime sob enfoque sociológico. Quem está sendo protegido? De que? Para que? Como os atores nas favelas do Rio de Janeiro percebem a necessidade de proteção humanitária? A pesquisa pretende mostrar as conexões entre proteção humanitária, violência urbana e as favelas do Rio de Janeiro, passando pela questão de (in)segurança no contexto carioca.

## **Metodologia**

Nessa fase do projeto, foi feita pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e buscamos desenvolvimentos conceituais sobre os produtos teóricos do projeto. A pesquisa bibliográfica se deu nas áreas de Proteção, Segurança Pública, Violência Urbana, Favela como espaço de exclusão, Ajuda Humanitária de forma mais ampla, ações de estabilização e Direito Internacional Humanitário.

## **Conclusões**

Apesar de o estudo estar em sua fase preliminar, é possível com a revisão das literaturas atinentes ao tema se localizar na discussão. Foi possível estabelecer uma ligação entre a Ajuda Humanitária Internacional, o regime de proteção e uma nova doutrina de estabilização. Aproximando os três, podemos perceber que a cidade é vista como a nova fronteira a ser desbravada pela ajuda humanitária internacional. Porém, ao entrarmos no debate de segurança pública, podemos observar que embora haja ressonância de opiniões sobre quais são os maiores problemas de segurança pública enfrentados pela cidade do Rio de Janeiro em seus territórios de exclusão, a questão da ajuda humanitária, enquanto tema e complexo de atores, ainda não figura no discurso de segurança. O projeto está buscando uma aproximação dos dois mundos (tendo promovido debates com profissionais reconhecidos da área de segurança pública), pois acredita que existem similaridades e consonâncias entre os debates e que crescentemente a questão da proteção humanitária é de suma importância para a realidade nas favelas do Rio de Janeiro.

Dentro da literatura de segurança pública analisada, duas percepções sobre favela são avançadas. A primeira é a favela como espaço violento no dia a dia, em que uma “sociabilidade violenta” impera; o conceito abrange todo uso da força pelos diversos atores envolvidos nessa área de exclusão, seja a força policial (a mais frequentemente mencionada é a polícia militar) ou pelas forças do crime organizado do tráfico de drogas nessas localidades ou mesmo por agentes de milícia. O autor Machado da Silva, quem criou esse termo, influenciou a literatura da área e o impacto da violência no cotidiano dessas populações é um tema deveras presente. A literatura também se preocupa em mostrar esse espaço por outra luz, não como a “falta“, mas também como comunidades em que existe voz política e iniciativas próprias.

Ao analisarmos documentos da Secretaria de Segurança e discursos oficiais, vemos a favela pela percepção de espaço de intervenção. Essa visão será corroborada pela literatura histórica da favela, como o livro de Valladares, que mostra que desde o Morro da Providência e Canudos vemos a favela como o “outro” que deve ser contido. Esse ponto de vista é o que irá criar uma maior divergência entre o argumento pró-intervenção humanitária - o qual se baliza no número de fatalidades e intensidade do conflito. O Estado vê a favela como espaço de intervenção, porém, a pesquisa vem percebendo uma grande resistência das autoridades diplomáticas e do estado do Rio de Janeiro em admitir-se o Rio como um conflito armado e de politizar a ação de organizações humanitárias.

Essas três perspectivas de o que é o espaço da favela competem e convivem. Sendo assim, a percepção de proteção é complexa e envolve também pontos de vista diferenciados. Se considerarmos apenas que o conceito de proteção passa pela pergunta inicial “proteção de que?”, temos que a multiplicidade de atores armados e agentes de insegurança nas favelas do Rio de Janeiro torna essa pergunta difícil. Leituras iniciais indicam também que o Estado ainda é visto como a principal fonte de proteção, porém existe a relação de ambiguidade previamente exposta e o sentimento de que as forças do Estado não trabalham para essa parcela da população. Mais pesquisa irá ser feita nessa área.

Como objetivos de médio prazo, a pesquisa pretende dar continuidade a essa fase do projeto com a publicação de dois *briefing papers*, um relatório sobre o regime emergente de proteção e quatro resenhas em inglês de livros de segurança pública, parte do esforço de aproximação das literaturas de humanitarismo e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro.

## Referências

1 - MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). **Vida sob Cerco**: Violência e Rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 316 p.

2 – VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.